



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ  
R Pref Rosaldo Gomes M Leitão, S/N - Bairro CENTRO CÍVICO - CEP 80530-210 - Curitiba - PR - www.tjpr.jus.br

## ATA Nº 9183104 - DPLAN-DGE

SEI!TJPR Nº 0087883-40.2022.8.16.6000  
SEI!DOC Nº 9183104

### Ata da reunião do Comitê de Gestão Estratégica

Em 18 de abril de 2023, a partir das 9h, foi realizada a 1ª Reunião de Análise Estratégica (RAE) do Comitê de Gestão Estratégica do Poder Judiciário do TJPR no ano de 2023, de modo presencial, na sala de Reuniões da Presidência, para fins de apresentação dos resultados preliminares do monitoramento dos Indicadores Estratégicos referentes ao ano de 2022 do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Paraná: ciclo 2021-2026, bem como resultado das Metas Nacionais do CNJ de 2022. Estavam presentes os seguintes membros designados pela Portaria nº 3.642/2023-DM expedida em observância à Resolução nº 300/2021-OE: Desembargador **Luiz Fernando Tomasi Keppen**, Presidente deste Tribunal; Desembargadora **Joeci Machado Camargo**, 1ª Vice-Presidente deste Tribunal; Desembargador **Fernando Antônio Prazeres**, 2º Vice-Presidente deste Tribunal; Desembargador **Roberto Antônio Massaro**, Corregedor da Justiça deste Tribunal; Doutor **Carlos Eduardo Faísca Nahas**, Magistrado de 1º Grau de Jurisdição; Doutora **Débora Cassiano Redmond**, representante da AMAPAR; **José Luiz Faria de Macedo Filho**, Secretário deste Tribunal; **Vinícius Rodrigues Lopes**, Diretor do Departamento de Planejamento; Juiz Auxiliar **José Ricardo Alvarez Vianna** representando o Corregedor-Geral deste Tribunal, que estava em correição previamente agendada, conforme Despacho nº 8882174; **Andréa Regina Ferreira da Silva**, representante indicada pelo Sindijus (conforme Requerimento SEI nº 8977388).

Também acompanharam a reunião os servidores **Leandro Dalalibera Fonseca** pelo Sindijus, bem como **Samuel de Lima Junior** e **Rennan Gustavo Ziemer da Costa** da Divisão de Gestão Estratégica do Departamento de Planejamento.

Iniciada a reunião, o Desembargador Presidente Luiz Fernando Tomasi Keppen informou que em 11 de maio, às 18h, será realizado evento dos 100 dias de gestão, com a presença de magistrados e servidores na qual será apresentada a iniciativa de reconstrução do Planejamento Estratégico do TJPR. Indicou a necessidade de se rever a missão, visão e valores do TJPR, exemplificando a possibilidade de incluir a “diversidade” como novo valor institucional.

O Sr. Vinícius Rodrigues Lopes expôs a pauta da reunião, consignando que neste ano de 2023 se atingirá a metade do ciclo do planejamento de 2021-2026, cabendo reanalisar indicadores e

metas. Iniciou a apresentação (SEI nº 9183099) com a contextualização da elaboração do Planejamento Estratégico, alinhado à Resolução nº 325/2020-CNJ, que estabelece a Estratégia Nacional do Poder Judiciário, que orientou a Resolução nº 300/2021-OE, que aprovou o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Paraná. Como o Presidente mencionou, neste estágio atual é um bom momento para se rever os valores do TJPR bem como o Mapa Estratégico. As revisões periódicas são previsíveis, tal como delineado pela metodologia BSC (*Balanced Scorecard*), referencial adotado pelo CNJ.

O Sr. Samuel de Lima Junior, chefe da Divisão de Gestão Estratégica do Departamento de Planejamento, iniciou a exposição dos resultados preliminares de 2022 dos indicadores estratégicos, ainda sujeitos a revisão por reprocessamento de dados. Esclareceu que a aprovação é necessária para fins de publicação dos resultados no Portal do TJPR para fins de garantir a transparência ativa e pontuar no Ranking da Transparência de 2023. Em 2022, o TJPR atingiu 83% de nível de satisfação dos indicadores, de modo que o Planejamento Estratégico do TJPR atingiu nível satisfatório, conforme escala adotada.

O Sr. Vinícius Rodrigues Lopes esclareceu que há esforço para melhoria dos indicadores. O Sr. Samuel de Lima Junior complementou que os indicadores também podem ser consultados em painel de *Business Intelligence* (<https://bi.tjpr.jus.br/sense/app/25e7259c-f771-42d3-97cf-5881a4e55909/overview>).

O Sr. Vinícius Rodrigues Lopes informou que os dados estão disponíveis, em nível macro, para o público interno e também para o público externo no Observatório de Dados (<https://publico.bi.tjpr.jus.br/extensions/appobservatoriodados/index.html>).

O Sr. Samuel de Lima Junior apontou como destaques negativos que apenas um indicador não foi mensurado (Indicador 38: Tempo Médio entre o Trânsito em Julgado ou Sentença de Mérito do Precedente e a Sentença de Aplicação da Tese), por aguardar desenvolvimento por parte do DTIC, visto que somente no início de 2023 o Conselho Nacional de Justiça definiu a composição do indicador. Também outro (Indicador 25: TpCpLm – Tempo de tramitação dos processos pendentes líquidos) apresentou inconsistência nos dados, sendo necessária utilização de dados disponibilizados pelo CNJ para mensuração. Entre os destaques positivos, apontou o “Indicador 8: Índice de precatórios com autorização de pagamento”, “Indicador 17: Consumo de papel (folhas) per capita”, “Indicador 23: Taxa de Congestionamento Líquida, exceto Execuções Fiscais” e “Indicador 31: Índice de Prescrição”.

O Sr. Vinícius Rodrigues Lopes apontou que para o indicador nº 54 (Índice de capacitação de servidores), a nova gratificação de qualificação impactou fortemente no resultado. De forma semelhante os indicadores de tecnologia da informação em razão da consultoria contratada, que culminou na reestruturação do DTIC aprovada por lei, possibilitando a melhoria do indicador do TJPR no Índice de Governança de TIC (Indicador nº 69).

O Sr. Samuel de Lima Junior apontou que quanto ao Indicador nº 25, está pendente a fixação de metas. Já para o indicador nº 38, ainda falta a própria mensuração.

O Sr. Vinícius Rodrigues Lopes apontou que o CNJ alterou as metas de desempenho em matéria de conciliação, pois em 2022 os Tribunais que já tinham melhor desempenho em conciliação foram prejudicados pela metodologia adotada. Essa distorção foi apresentada e a Meta Nacional nº 3 foi revista pelo CNJ para 2023.

Quanto à Meta Nacional nº 5, o Sr. Samuel de Lima Junior explicou que está sendo revista a

mensuração de processos pendentes, sobrestados e suspensos, que deve impactar no resultado. Com base nos resultados apresentados, o Sr. Vinícius Rodrigues Lopes propôs que o Comitê de Gestão Estratégica promova correção de rumos para os indicadores com baixo desempenho.

O Sr. Samuel de Lima Junior destacou o indicador nº 5 sobre eventos com recursos acessibilidade. O Sr. Vinícius Rodrigues Lopes completou sugerindo a necessidade de contratação de intérpretes de Libras para elevar o indicador.

Quanto ao indicador nº 9 de alcance nas redes sociais, o Sr. Samuel de Lima Junior apontou que a linha de base durante a pandemia foi muito elevada, o indicador nº 25 demanda fixação de metas na revisão do planejamento e o indicador nº 38 está pendente de mensuração. Já os indicadores nº 39 de tempo médio de julgamento de IRDR e indicador nº 40 de tempo médio de julgamento de IAC são afetados pela pequena quantidade de processos que se enquadram na mensuração.

O Sr. Vinícius Rodrigues Lopes apontou que o CNJ deve debater a revisão do indicador nacional, pois a amostra é muito pequena.

O Doutor Carlos Eduardo Faísca Nahas apontou que houve IAC que permaneceu sobrestado aguardando decisão do STJ.

O Sr. Samuel de Lima Junior apontou também que para o Indicador nº 48, não foi entregue nenhuma nova edificação no ano de 2022.

O Desembargador Presidente Luiz Fernando Tomasi Keppen apontou que há padrões construtivos a serem observados e que a estrutura do Departamento de Engenharia e Arquitetura é pequena, com menos servidores que o necessário. Também houve grande alteração no fluxo de pessoas, que era em média 100 por hora, no Fórum Cível I de Curitiba, antes da pandemia e agora são apenas 200 pessoas por dia. Atualmente, em consonância com a regulamentação do CNJ, 30% da força de trabalho atua de forma remota, de modo que os projetos arquitetônicos estão sendo revistos. Está sendo realizado levantamento de engenheiros e arquitetos entre os servidores para serem relatados no Departamento de Engenharia e Arquitetura. Um dos maiores esforços da gestão será a construção de novos fóruns.

O Sr. Vinícius Rodrigues Lopes apontou que a reestruturação do DEA pode impactar na execução orçamentária do Funrejus, que hoje é superavitário.

O Doutor Carlos Eduardo Faísca Nahas levantou a possibilidade de licitações para elaboração de projetos e execução.

O Sr. Vinícius Rodrigues Lopes explicou que o DEA já trabalha para aplicar a nova Lei de Licitações.

O Sr. Samuel de Lima Junior citou também os indicadores nº 57 e 58 sobre ações de qualidade de vida. O Sr. Vinícius Rodrigues Lopes ressaltou que a Comissão de Apoio à Saúde dos Magistrados e Servidores – COPAS e o Centro de Assistência Médica e Social – CAMS precisam de apoio da Assessoria de Comunicação para ampliar a divulgação e aumentar a adesão de servidores e magistrados nas ações de qualidade de vida.

O Desembargador Presidente Luiz Fernando Tomasi Keppen explicou que promoveu alteração na coordenação do CAMS, sob responsabilidade do Dr. José Knopfholz, e colocou o DGRH para trabalhar em conjunto na promoção de ações de saúde. Deve também realizar reestruturação para unificar a gestão de magistrados e servidores em um único órgão.

O Sr. Vinícius Rodrigues Lopes também destacou a necessidade de regulamentação do

desdobramento da estratégia mediante aprimoramento das ações e mensuração, além da necessidade de revisão da estratégia.

O Desembargador Presidente Luiz Fernando Tomasi Keppen ressaltou a importância em se debater a missão, visão e valores, mediante construção conjunta, da mesma forma com o Plano de Integridade. Apontou a necessidade de se debater a reestruturação estratégica do TJPR com servidores, departamentos, Cúpula Diretiva e depois perante o Órgão Especial. Consignou elogios ao trabalho do Departamento de Planejamento, bem como ressaltou a importância de fixação de metas e indicadores por parte dos departamentos, além da necessidade de utilizarem a ferramenta *Planner*, que integra o pacote do *Microsoft Teams*. Com essa ferramenta é possível monitorar tarefas. Apontou que é muito trabalhosa a mensuração de indicadores, congratulando os servidores do DPLAN, sendo que essa iniciativa tem todo apoio da atual Administração, inclusive para contatos com a Comissão de Gestão Estratégia, Estatística e Orçamento do CNJ. Entende indevida a comparação de um tribunal de grande porte com outros de pequeno porte, como o TJDFT que possui poucos prédios e conta com orçamento federal.

O Dr. José Ricardo Alvarez Vianna ressaltou a importância da razoável duração do processo, pontuando a inclusão da análise do tempo médio dos processos nas correições. Antes a quantidade de despachos era considerada positiva, hoje é o contrário, verifica-se que quanto menos despachos no processo melhor. Assim obtém-se maior objetividade no julgamento e extinção de processos. Na questão da sustentabilidade, ofereceu apoio da Corregedoria-Geral de Justiça para contatos *in loco* nas comarcas, pois há falta de conhecimento na ponta.

O Desembargador Presidente Luiz Fernando Tomasi Keppen orientou que para cada indicador seja realizado reunião com a EJUD para decidir como agir. O Dr. Carlos Eduardo Faísca Nahas pode fazer a interlocução com a EJUD, em conjunto com a Dra. Débora Cassiano Redmond e Dr. José Ricardo Alvarez Vianna.

O Desembargador Presidente Luiz Fernando Tomasi Keppen ressaltou que há meios e modos de engajar sem ser coercitivo. Propôs a realização da Segunda Cultural no miniauditório, bem como apontou a insuficiência de arquitetos e engenheiros no DEA.

O Desembargador Corregedor Roberto Antônio Massaro apontou que a Corregedoria de Justiça depende de delegação da Corregedoria-Geral e possui apenas três servidores próprios, enfrentando dificuldades com a pequena estrutura para atender mais de mil unidades extrajudiciais. Destacou que o TJSC possui unidade independente para a correição do Foro Extrajudicial. Assumiu o cargo com mais de 700 expedientes pendentes, além do concurso para agentes delegados em andamento. Depende de apoio da Corregedoria-Geral e também da Secretaria e pretende se adequar ao planejamento institucional.

O Desembargador Fernando Antônio Prazeres sugeriu a readequação das metas do indicador nº 35 (Índice de Realização de Audiências nos CEJUSCs) ante à modificação dos parâmetros do CNJ.

O Sr. Vinícius Rodrigues Lopes destacou que outros indicadores também serão revistos. Como o TJPR preside o Comitê Gestor da Justiça Estadual da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário, pode discutir e propor também a revisão da Estratégia Nacional.

A Sra. Andréa Regina Ferreira da Silva destacou os indicadores de qualidade de vida. A Comissão de Apoio à Saúde dos Magistrados e Servidores – COPAS verificou baixa participação dos servidores e magistrados, apesar de boas iniciativas. Entretanto, o alvo sempre são as

consequências e não as causas dos problemas. Os números sobre as doenças são preocupantes. Sugeriu que o TJPR realize pesquisa científica, com apoio da Academia, para propor metas e programas voltados à saúde.

O Sr. José Luiz Faria de Macedo Filho informou que a Secretaria está elaborando formulário de pesquisa de saúde e pede que o Sindijus reforce a importância de que os servidores o respondam.

A Dra. Débora Cassiano Redmond ressaltou que muita gente não respondeu o formulário anterior porque a pesquisa era identificada.

O Sr. Leandro Dalalibera Fonseca ressaltou que na reunião anterior, realizada por meio de sessão virtual, apresentou quesitos para os indicadores.

A Desembargadora Joeci Machado Camargo destacou a necessidade de proximidade com o interior. Pensa que apenas um questionário pode ser insuficiente para identificar os problemas, propõe outras formas de levantamentos com ajuda da EJUD e CAMS, pois o formulário inibe muitas pessoas.

O Sr. Vinícius Rodrigues Lopes destacou que a Pesquisa de Clima Organizacional acaba não captando algumas situações específicas e que é preciso identificar os casos mais frequentes de doenças.

A Desembargadora Joeci Machado Camargo apontou que há uma grande crise emocional, especialmente com servidores do interior, propondo atividades lúdicas e motivacionais para identificar os reais problemas, visto que os servidores sentem uma carência muito grande.

A Dra. Débora Cassiano Redmond lembrou do curso presencial para magistrados em Guaratuba, no qual houve grande troca de experiências.

A Desembargadora Joeci Machado Camargo ressaltou a importância de humanizar a abordagem.

O Sr. Vinícius Rodrigues Lopes apontou que a base de dados é útil para identificar situações mais críticas.

O Sr. José Luiz Faria de Macedo Filho propôs campanhas semanais informativas e focar em servidores que querem ser ajudados.

O Dr. Carlos Eduardo Faísca Nahas destacou que, para algumas categorias do funcionalismo público, a reciclagem é obrigatória, propondo iniciativas de atualização a cada cinco anos em capacitação emocional e psicológica, podendo ocorrer conjuntamente a eventos de capacitação técnicos jurídicos.

A Sra. Andréa Regina Ferreira da Silva sugeriu que sejam buscadas as causas do adoecimento dos servidores.

O Sr. Samuel de Lima Junior propôs a aprovação dos resultados preliminares dos indicadores, o que foi acatado. Destacou também a importância de eventos sobre sustentabilidade, realizados anualmente pelo Núcleo Socioambiental e pela Comissão de Gestão Socioambiental.

O Dr. José Ricardo Alvarez Vianna apontou que está aumentando os casos de adoecimento entre magistrados.

A Desembargadora Joeci Machado Camargo afirmou que é preciso promover iniciativas de acolhimento.

Na parte ambiental, o Dr. Carlos Eduardo Faísca Nahas destacou a construção da usina de energia fotovoltaica.

Nada mais a acrescentar, eu, Rennan Gustavo Ziemer da Costa, técnico judiciário, lavrei a

presente ata e encaminhado para ciência dos integrantes do Comitê de Gestão Estratégica.

---



Documento assinado eletronicamente por **RENNAN GUSTAVO ZIEMER DA COSTA**,  
**Técnico Judiciário**, em 07/06/2023, às 18:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjpr.jus.br/validar> informando o código verificador **9183104** e o código CRC **849CF684**.

---